



SERÁ QUE A LITERATURA É? LAMPIÕES ACESOS NAS ESQUINAS DA REPRESENTAÇÃO

Ricardo Afonso-Rocha¹
André Luís Mitidieri Pereira²

RESUMO

Considero a problemática da existência de uma literatura homossexual no Brasil já na década de 1970, buscando discutir a proposição de Mário César Lugarinho que, ao recorrer à noção de sistema literário de Antonio Candido, defende o surgimento dessa literatura (na verdade, ele utiliza o termo literatura gay) somente em 1999, com a publicação de *Cinema Orly*, de Luís Capucho. Essa discussão é essencial para minha pesquisa, visto que tenho como *corpus* a literatura publicada no jornal *Lampião da Esquina*, historicamente datada, portanto, entre 1978 e 1981, muito antes, assim, do “nascimento” da literatura homossexual, como quer Lugarinho. Sou levado, com isso, a questionar: que literatura é essa publicada no *Lampião da Esquina*? Primeiramente, tento demonstrar que a tese de Lugarinho reverencia e pressupõe a dita intencionalidade do autor, do mesmo modo que toma a literatura como um reflexo do mundo, mediado pela qualidade estética da obra e a sensibilidade/genialidade do autor em expressar adequadamente a “homorrealidade” por meio de uma representação. Em seguida, fundamento, com Eni Orlandi e José Luiz Foureaux de Souza Junior, a relação discursiva entre literatura e homossexualidade, a fim de justificar a leitura da literatura do *Lampião* como desdobramento de um “olhar homossexual”.

Palavras-chave: Literatura Homossexual; *Lampião da Esquina*; Literatura e Homossexualidade.

INTRODUÇÃO

Para justificar a tese do “nascimento” da literatura homossexual com a publicação de *Cinema Orly*, de Luís Capucho, Mário César Lugarinho (2008) pretende provocar uma guinada em direção ao leitor, numa tentativa de escapar da intencionalidade do autor. Entretanto, acredito que a proposta recai na busca de sentidos dados ou colocados no texto, de modo que sua pretensa virada não consegue ir além de uma noção restritiva de circulação num público empiricamente marcado.

Lugarinho propõe, assim, a classificação apriorística da “literatura gay” em “literatura de representação” e “literatura de subjetivação”, levando em consideração que a primeira seria “aquela em que se insere e se representa o homossexual, seja por tipos ou não, fosse ele

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras: linguagens e representações da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, rarocha@uesc.br.

² Orientador. Professor Titular de Literaturas Vernáculas no Curso de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutorado em Letras, área de concentração em Teoria da Literatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: mitidierister@gmail.com



protagonista ou mero personagem secundário” (p.10), enquanto a literatura de subjetivação “viria a consistir naquela que, de alguma maneira, romperia com estereótipos e contornaria de modo eficiente a identidade homossexual, configurando alguma forma de individualização e, por conseguinte, subjetivação ao homossexual” (p. 7). Tal como Erich Auerbach (1971), o que quer Lugarinho é encontrar o autor que melhor representou a realidade, nesse caso, aquele que melhor representou o que denomino “homorealidade”. Pelo menos, é isso que me parece quando afirma:

Cinema Orly é, enfim, uma obra que nasceu de um lugar específico, sem mediações culturais da erudição acadêmica ou do status quo burguês, convocando imediatamente um leitor capaz de se reconhecer no interior da obra e compartilhar com o narrador as suas mesmas experiências. O que seria, para a crítica tradicional, um dado menor da obra, isto é, um ponto fraco da narrativa, pelo contrário, tornava-se a superação das formas cristalizadas de representação da homossexualidade. (2008, p.10).

Esse movimento reforça a autoridade do autor, já que, para Foucault (1987), as noções de obra e escrita partem de uma episteme que “bloqueia a certeza da desapareição do autor e retém como que o pensamento no limite dessa anulação; com sutileza, ela ainda preserva a existência do autor” (p. 7). Além disso, pressupõe-se a ideia de referencialidade, tal como foi significada pela tradição mimética. Direta ou indiretamente, a reflexão de Lugarinho direciona o leitor ao postulado do encerramento do texto sobre si mesmo, silenciando ou omitindo a participação daquele na construção de possíveis sentidos de notação homossexual no horizonte de significação. Notemos que o crítico busca demonstrar como Capucho soube representar o gueto gay por meio de uma linguagem específica, sem mediação cultural acadêmica, expressando cruamente uma realidade homossexual construída, não pelo exercício da leitura ou da relação irreversível entre leitor imaginário e leitor real (ORLANDI, 2006), mas “unicamente a partir do exercício de sua (homo)sexualidade” (LUGARINHO, 2008, p. 11).

Como forma de fundamentar sua “guinada ao leitor”, Lugarinho (2008) toma emprestada a noção de circulação de Antonio Candido (1985), nos limites em que esse último a propõe em relação ao seu conceito de sistema literário, segundo o qual uma literatura só pode ser assim considerada se apresentar a articulação entre autor-obra-público. Nesse sentido, a condição básica para que a literatura exista é sua circulação em um público específico:

Cinema Orly, com uma única edição restrita a mil exemplares, foi destas obras que circularam de mão em mão, de boca a boca, entre os membros de um grupo social específico, mesmo que restrito localmente, mas que mantinha fortes laços de

solidariedade com grupos oriundos de outros locais do País e que garantiram sua circulação para além do Estado do Rio de Janeiro. (LUGARINHO, 2008, p. 12).

Entretanto, o sistema orgânico de Candido não leva em consideração as condições socioeconômicas e históricas que agem na circulação, por não supor aquilo que Roger Chartier (1997) denomina como sendo as categorias responsáveis por construir a literariedade em um dado período histórico. Torna-se aqui necessária a lembrança de que não é qualquer obra que pode circular. No processo pelo qual determinados textos vão se construindo e se constituindo como literatura, outros são deixados de lado, silenciados, quando não, tomados como literaturas menores ou, na expressão de Candido, meras manifestações literárias. A própria noção de literatura deveria ser pensada levando em conta as relações de poder e as práticas de leitura de determinada época. Ontologicamente, não há literatura apartada das condições sócio-históricas e das relações de poder que assim a definem.

Essa definição de literatura não problematiza as complexas relações de poder que permeiam a circulação das obras literárias, desconsiderando, inclusive, os interesses e fatores sociais e mercadológicos. Além disso, o estudioso expressa, ainda que obliquamente, a defesa da “crítica acadêmica”, sendo, nesse sentido, uma tentativa de demarcar o território de autoridade da “Academia” na definição do que é literatura, especificamente, a literatura homossexual.

Em última instância, Lugarinho se filia a uma tradição que busca uma literatura ontologicamente homossexual, tal como José Carlos Barcellos (2006), Antônio de Pádua Dias da Silva (2014) e Denílson Lopes (2002). Essa literatura é, então, percebida pela leitura “crítica” do especialista – entidade mitológica sacralizada que, além de definir o que é literatura, classificando-a como de boa ou de má qualidade, apontará as leituras julgadas mais adequadas. Cabe destacar, contudo, que em textos mais recentes, os referidos autores parecem flexibilizar seus posicionamentos anteriores, questionando, assim, as noções de estética, intencionalidade, autoria, representação. Desconsiderarei, inicialmente, esses textos visto que não versam diretamente sobre um conceito de literatura homoerótica, gay ou homossexual.

METODOLOGIA

Utilizo metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico, para revisão de literatura.

DESENVOLVIMENTO

Lugarinho (2008) se furta em discutir a metodologia utilizada, necessária para quem se filia à ideia de sistema literário, para aferir a circulação de autores por ele desprezados, como Aguinaldo Silva, Cassandra Rios, Darcy Penteadó, Glauco Mattoso, João Silvério Trevisan, Leila Miccolis, Luiz Canabrava, Paulo Augusto, que publicaram muito antes de Capucho. Não me parece convincente a justificativa de que esse último escritor formou um público-leitor passando a obra de mão em mão a ponto de ter seu segundo livro publicado por uma “prestigiada” editora. Anderson Herzer e Herbert Daniel publicaram em grandes editoras ainda na década de 1980. Mesmo que o argumento fosse a circulação, nessa perspectiva, porque, então, esquecer Cassandra Rios?, escritora lésbica que “publicou 50 livros, com mais de 10 edições em média cada um, vendendo mais de 1 milhão de exemplares. Das 50 obras publicadas, 36 foram censuradas na ditadura” (SÃO PAULO, 2015, p. 22). Cassandra teve circulação, público específico e uma vasta produção que poderia ser adjetivada como literatura homossexual, no mesmo entendimento que esse termo obteve para situar como inaugural o livro de Capucho.

Ao considerar *Cinema Orly* como a obra fundacional da literatura homossexual, por ter conseguido uma expressiva circulação, Lugarinho desconsidera as particularidades e dificuldades enfrentadas pelos escritores anteriormente citados, os quais publicaram numa época em que “[...] quem ousava proclamar ‘é maravilhoso ser fresco, trans-viado’ estava sujeito não apenas ao estigma e opróbrio popular, mas corria até o risco de ser processado pela Polícia Federal – como ocorreu com os fundadores do citado jornal gay tupiniquim, *O Lampion*” (MOTT, 2002).

Nesse sentido, ao justificar a circulação de *Cinema Orly*, em 1999, entre um público específico e homoidentificado, Lugarinho parece não levar em conta que o Brasil vivenciou uma ditadura militar entre 1964 e 1988, a qual acirrou processos de estigmatização em relação aos homossexuais e intensificou a produção do que denomino “cis-hétero-corpo normal”. O critério utilizado para que o livro de Capucho ganhasse o *status* de inaugurar a literatura gay no país não seria, portanto, possível, num período durante o qual se reinaugurava a homofobia de Estado, com evidente tensão entre as tecnologias da carne e do sexo. Isso porque houve forte presença, no gerenciamento estatal, das igrejas católicas e protestantes, apoiadoras do regime. Ao lado do pilar eclesiástico, representado pela ideia de Deus (predominante no período colonial e início do Império), a “família” e a “nação” apareciam com força. É certo que a gênese dessa política estatal se encontra nas políticas higienistas lombrosianas implementadas pelo governo Vargas, em especial, nas ações do médico Leonício Ribeiro

(GREEN, 2007; TREVISAN, 2018).

O regime militar conseguiu intensificar o discurso higienista, atrelando-o ao discurso eclesiástico e ao integralista conservador, de modo a alçá-los à dimensão de política institucional. A “sodomia” não representava, assim, apenas uma afronta à natureza divina, mas à família reprodutiva e ao próprio Estado: “A ideia de pátria estava, evidentemente, no centro das justificativas: a melhoria do padrão reprodutivo era uma garantia de melhores filhos à pátria.” (TREVISAN, 2018, p. 172). A homossexualidade foi transformada em uma ameaça ao futuro da nação: cidadãos irresponsáveis e inimigos do bem-estar biológico-social, visto que desertores da obrigação cívica de Homem-pai.

Quinalha entende a criação da figura do inimigo interno como “[...] operador ideológico fundamental do *modus operandi* da ditadura brasileira” (2015, p. 265). Sua centralidade reside na ideia amplamente difundida de que, para salvaguardar a segurança nacional, a família tradicional e os valores cristãos, seria preciso mobilizar dispositivos não apenas jurídicos, mas também políticos e morais. O estereótipo justificava, assim, a adoção de políticas repressivas pelo Estado, agregando o preconceito como tática para eliminar o inimigo por meio da excepcionalidade política adotada pelos órgãos estatais.

Levando-se em conta os efeitos devastadores da política estatal sexual na cultura homossexual, é preciso ficar claro que os “anos de chumbo” foram significativamente duros para os sujeitos que não se enquadravam às normas sexuais: “Muitas pessoas LGBT perderam seus empregos ou cargos públicos pelo simples fato de terem uma orientação ou práticas sexuais contrárias aos padrões hegemônicos de acordo com a moral conservadora da época” (BRASIL, 2014, p. 303).

Como, então, é possível pensar a circulação literária nesse período? Podemos desconsiderar as políticas sexuais adotadas pela ditadura militar, como por exemplo, a censura sofrida por Cassandra Rios e por outros os autores que, por suas publicações, foram lidos como subversivos morais, respondendo a processos judiciais e tendo suas obras incineradas? Se os sentidos de notação homossexual se constroem no ato de leitura, como negligenciar obras censuradas pela ditadura por promoverem “a licença de costumes e o homossexualismo especificamente” (BRASIL, 2014)?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Longe do conceito de homotextualidade (STOCKINGER *apud* LOPÊS, 2002), isto é, da busca por sentidos de notação homossexual no próprio texto, dado como em si e para si, o texto está aberto à historicidade, escapando ao imanentismo da estrutura cerrada, tal como do psicologismo da intencionalidade de determinado autor. Entendo, desse modo, ser o leitor responsável pela (re)escritura homossexual no ato de leitura. Conforme Roland Barthes (1984), a possibilidade de interpretação só se concretiza no nível da pluralização de sentidos, ou seja, da saída da textualidade enclausurante. Assim, a literatura será homossexual a depender da visada do leitor, desde que esse se posicione de maneira vigilante em relação aos indícios concretizáveis no horizonte de significação homocultural, de modo a “estar sempre atento para o que vai sendo produzido em termos de literatura [homossexual] – o que já é um desdobramento da investida do olhar homoerótico³ sobre o conjunto da produção da literatura brasileira.” (SOUZA JR., 2019, p. 301).

Assim, ao falar do leitor como esse *locus* irradiador de sentido, refiro-me a minha condição de leitor enquanto pesquisador que tem no jornal seu objeto de estudo e, como base, a crítica foucaultiana (1987) e barthesiana (1984) ao autor como entidade detentora de sentido, bem com as leituras mais recentes de Giorgio Agamben (2007), que toma o autor como gesto, e a genealogia da autoria proposta por Roger Chartier (2012). Por meio desse referencial teórico, minha leitura sai do horizonte biográfico da autoria e da excessiva preocupação com o texto em si, tomando-o como materialidade mínima para a significação concretizada no horizonte do leitor, peça fundamental para atribuição de sentidos ao texto, conseqüentemente, considerado como saída para qualquer interpretação e, não mais, visto como chave para sua própria interpretação. Esse deslocamento potencializa a dessacralização da leitura, aqui não mais visualizada como uma “questão de tudo ou nada”, mas como “uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade” (ORLANDI, 2006, p. 9).

Para além da ideia de uma literatura homossexual ou homoerótica, que nada resolve, justifico a problematização da relação discursiva entre literatura e homossexualidade como forma de desmonumentalizar a literatura como contingente disciplinar homogêneo, sinalizando, dessa forma, sua condição de discurso atravessado/constituído por outros

³ Assim como João Silvério Trevisan (2018), prefiro a utilização do termo homossexual para adjetivar as práticas de quem se relaciona afetivo-sexualmente com o mesmo sexo por entender que, reconhecidas suas limitações, é o termo mais generalizado. Tal noção serve apenas para adjetivar as relações e práticas, não sendo utilizado para substantivar as pessoas (o homossexual). Entendo, assim, que a substituição proposta por Jurandir Freire Costa (1992) para o termo homoerótico se funda numa pretensa, mas infrutífera, tentativa de minimizar o estigma a partir de uma mera substituição linguística. Por conta disso, prefiro o termo literatura homossexual e olhar homossexual.

discursos, dentre os quais, o discurso homossexual. Dessa forma, a leitura é tomada como processo e produto; trata-se de um processo dialético em que se corporifica uma relação insuperável entre leitor virtual e leitor real: o primeiro, conforme Orlandi (2006), está inscrito no texto, constituído, portanto, no ato da escrita – é o leitor imaginado pelo autor, para quem seu texto se destina. “Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente” (p. 9).

Ao recorrer a essa relação discursiva entre literatura e homossexualidade, entendo que ambos são efeitos de leitura, ou seja, produtos que remetem, necessariamente, a um processo/atividade, de modo que não podemos perder de vista que tanto a literatura como a homossexualidade são construtos que se (re)produzem desde gestos de leitura e se naturalizam na história como realidades em si.

Voltando para a problemática da definição da literatura homossexual, entendo que não há reconhecimento, pelo leitor, de um sentido no texto – mas atribuição de múltiplos sentidos, inclusive contraditórios, conflitantes e opostos, decorrentes do processo dialético da leitura. Não podemos esquecer que a leitura é produzida a partir de suas condições socio-históricas. Chartier (2012) já sinalizou que lemos de acordo com as categorias responsáveis por construir significados em nossa época. Dito doutra forma, a leitura é determinada, regulada ou melhor: direcionada.

Embora haja um direcionamento da leitura, os sentidos sempre podem ser outros (ORLANDI, 2006). Reconhecer tal previsibilidade não é, contudo, aceitar uma determinação mecânica do sujeito leitor. Pelo contrário, implica colocar-se numa tentativa de contornar o sentido determinado/regulado, o que, em se tratando do processo de produção de uma leitura homossexual, permite questionar, assim, a autoridade da crítica especializada. A crítica, no mais das vezes, busca engessar a leitura por meio da sedimentação de um sentido segundo as condições socio-históricas hegemonicamente determinadas. Porém, os sentidos não estão dados no texto, em sua objetividade, mas se (re)constroem na dialética entre leitor virtual e leitor real, desde onde o par sujeito-objeto cede lugar ao par sujeito-sujeito, movimento cuja temível materialidade, uma leitura teria a pretensão de dissimular.

Diante disso, reconheço, a partir de Barthes (1974) e Orlandi (2006), dois elementos fundamentais no processo dialético de leitura, a saber: historicidade dos sentidos e intertextualidade. O funcionamento dos sentidos está relacionado às condições socio-históricas de produção dos textos, assim como, sua constituição dialógica a partir de outros

textos e sua projeção futura em constituir textos. A assimilação ingênua desses elementos legitima a existência de uma leitura dita mais adequada (o que o texto diz? o que o autor quis dizer?). Nesse processo de legitimação de sentidos, a figura do crítico assume importante relevo: “Ao mesmo tempo que avaliam a importância de um texto, os críticos fixam-lhes um sentido que é considerado o desejado (o prestigiado) para a leitura.” (ORLANDI, 2006, p. 42).

Ainda a respeito da historicidade da leitura, Orlandi (2006) ajuda-nos a refletir sobre a historicidade do leitor: cada leitor tem sua história de leitura. Esse aspecto é considerado na relação discursiva entre homossexualidade e literatura, visto que a literatura considerada homossexual é o produto do processo dialético em que se inscreve o leitor virtual, projetado no ato de escrita, e no qual se inscreve o leitor real, aquele que efetivamente lê. O que estou a chamar “(homo)legibilidade” de um texto resulta, então, dessa relação. Por isso, não considero o construto “homotextualidade”, afinal, “o conjunto de leituras feitas configuram, em parte, a compreensibilidade de cada leitor específico” (ORLANDI, 2006, p. 42). A concretização dos sentidos de notação homossexual poderá, inclusive, depender de leituras já feitas ou de certos pressupostos inscritos no horizonte homocultural, caso contrário, não serão concretizados.

Vejamos que, nesse jogo entre leitor virtual e real, sujeito à previsibilidade da leitura e ao reconhecimento de uma possível imprevisibilidade da história, aparece um fundamento do processo de leitura – a complexa relação entre um sentido mínimo de leitura, “o mínimo que se espera que seja compreendido” (ORLANDI, 2006, p. 43) e um sentido máximo, “aquilo que o leitor atribui indevidamente ao texto, ou seja, aquilo que já ultrapassa o que se pode compreender” (p. 43). Uma leitura direcionada ao reconhecimento/reprodução do sentido mínimo inscrito a-historicamente no texto é denominada leitura parafrástica (ORLANDI, 2006). Já a polissêmica é aquela que se define pela atribuição de sentidos múltiplos ao texto, reconhecendo, assim, que o sentido pode ser outro, sem desconsiderar a historicidade da leitura e os processos de sedimentação de sentidos determinados.

A relação entre o limite mínimo (leitura razoável) e máximo de leitura (possível) está relacionada a sua historicidade (da leitura, do leitor, do texto) (ORLANDI, 2006). Frise-se: a leitura não será possível e/ou razoável em relação a objetividade do texto, mas da sua historicidade, “Assim, não há leituras previstas por um texto, em geral, como se o texto fosse um objeto fechado em si mesmo e auto-suficiente” (2006, p. 44).

Ao tomar o texto como um objeto fechado em si com sentidos dados e inscritos em sua textualidade, apaga-se e oblitera-se qualquer relação do leitor com o contexto social, histórico,

cultural, assim, como edifica-se o texto em uma dimensão a-histórica – o sentido ali inscrito transpassa imutavelmente o decurso histórico, sendo, assim, tomado como representação de uma época. Na minha análise, assumo que a definição do razoável e do possível se insere no processo de leitura como relação entre sujeitos, considerando a historicidade do leitor, do texto e da própria leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação discursiva entre literatura e homossexualidade assume a previsão barthesiana: a morte do autor assinala o nascimento do leitor não especializado. Temerosa, a intelectualidade acadêmica reage, definindo “[...] a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 37), isolando-se naquilo que Foucault denominou “sociedades de discursos”, visando controlar os espaços de circulação e distribuição desses.

Distancio-me, com isso, da pressuposição de existência de uma literatura ontologicamente homossexual. Não acredito numa literatura fundada em um projeto político de identidade homossexual (MELO, 2011; MUNIZ DIAS, 2013). Nesse sentido, pretendo me desvincular da defesa de uma literatura de temática homossexual politicamente marcada, tal como defende Sánchez (2012), visto que considerar isso significa aquiescer a uma intencionalidade do autor apreensível no texto ou, pior, recorrer à noção de um núcleo duro de sentido de notação homossexual “dado” na estrutura cerrada do texto.

Deslocado o debate da existência ou não de uma literatura homossexual para a relação construcionista entre homossexualidade e literatura, promove-se, também, uma fuga de qualquer classificação apriorística, distanciando-se dos projetos de identificação da obra inaugural da literatura homossexual. Em minha leitura, portanto, qualquer obra literária pode ser analisada nessa perspectiva, uma vez que a problematização das configurações homossexuais na literatura a partir das noções de masculinidade hegemônica, cis-heteronormatividade e silenciamento se desvela com relevada importância.

Não importa, aqui, o debate sobre a representação fundada em uma identidade homossexual politicamente demarcada, mas como a literatura pode reforçar o regime de sujeição pelo qual produz-se a subjetividade homossexual como subjetividade mutilada em torno da masculinidade e do corpo cis-heterossexual ou como, pelo contrário, pode tensionar

o dispositivo de sexualidade, profanando a constituição de subjetividades em referência a cis-hétero-norma. Cabe destacar, contudo, que a captura dos seres vivos e o processo de hominização não ocorre sem contradições e resistência, de modo que a distinção entre uma dimensão de sujeição e de subjetivação na literatura é tênue, resultando como desdobramento do olhar homossexual, na forma do jogo dialético que o leitor estabelece no processo de leitura. Lembrando, assim, que a literatura é, desde sempre, uma zona de disputa constitutivamente contraditória: atravessada por uma multiplicidade de relações de poder e cortada por pontos de singularidades que demarcam focos de engrenagens discursivas. Assim, a literatura se define pelo confronto polivalente de forças. Toda representação é, em si, uma luta, afinal falar é se implicar, ou melhor: dizer é calar.

Entendo, dessa forma, que a literatura homossexual publicada no *Lampião* – assim adjetivada como desdobramento da leitura realizada, ou seja, do olhar homossexual resultante do processo dialético entre leitor virtual e real – pode se constituir como um espaço de resistência, “heterotópico”, diria Foucault (2013), por ser um desses locais reais, efetivos de contestação mítica, simbólica e imaginária do tempo e espaço em que vivemos. A vivência homossexual, representada na literatura lampiônica, manifestou-se, nesse viés, como exercício da resistência, já que fundada em um pensamento amoroso e homossexual da vida em sua integralidade, contrário à atitude normativa (MAFFESOLI, 2012) que se justificava na hiper-realidade, isto é, no imaginário de uma realidade transparente, pretendida e sustentada pela ditadura.

Com isso, entendo que uma literatura só poderá ser adjetivada como homossexual com a leitura polissêmica resultante do jogo entre leitor imaginário e leitor real, relacionando-se a sua historicidade (da leitura, do leitor, do texto/tradição), intertextualidade, previsibilidade e imprevisibilidade, de modo a concretizar os sentidos de notação homossexual no horizonte homocultural do leitor. Diante de qualquer adjetivação de uma literatura como homossexual, devemos questionar: homossexual para quem? Sem desprezar ou minimizar as condições socio-históricas, culturais e ideológicas do processo de leitura. A leitura é produzida, não conseguindo, portanto, transpassar estática e imutável ao decurso histórico. Cada época tem sua forma de ler, disso decorre que a leitura é regulada e socialmente determinada dentro da sua formação histórica. Pensar numa literatura ontologicamente homossexual é ingenuamente fundar uma leitura trans-histórica, ainda que hajam sentidos mínimos no texto, sua pretensa apreensão malogra-se na historicidade da leitura – lemos hoje de forma diferente do que se lia ontem e, por certo, de como se lerá amanhã. Reconheço, ainda, que uma leitura homossexual

só é possível quando as condições de leitura/interpretação se deslocam. Se a leitura é ordenada, lemos o que é possível ser lido em determinada formação histórica.

Os sentidos flutuam, deformam-se, transformam-se, reformam-se, de forma que sua sedimentação sempre será arbitrariamente equivocada. Ler é, além de saber que os sentidos podem ser outros, saber que os sentidos são outros, ainda que se tentem sedimentá-los, o controle do processo de significação é frustrado: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2015, p. 27). Portanto, tomar partido pela leitura, supondo a sua historicidade e dinâmica intersubjetiva, implica refutar o mundo empírico como diretamente apreensível, assim como o falacioso psicologismo intencional do autor-gênio. Implica ainda supor o leitor como um sujeito dividido, disperso e afetado pela história. É assim que podemos conceber as condições de produção de uma leitura homossexual capazes de instanciar uma literatura assim adjetivada.

Destaco, assim, que ao refletir sobre o leitor, não pretendo averiguar práticas de leituras, ou seja, como o jornal era lido em seu tempo histórico ou quais efeitos foram produzidos no leitor desse periódico, mas sinalizar minha posição de leitor enquanto pesquisador: a interpretação por mim feita resulta, então, tanto da historicidade do texto quanto das minhas leituras. Dito isso, pontuo que minha leitura não reivindica, portanto, *status* de a leitura razoável, afeita à uma textualidade em si, mas apresenta-se como uma entre tantas leituras possíveis que se faz na abertura para o mundo, ainda que tomado enquanto intertextualidade.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: _____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, p. 55-63, 2007.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O Rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, p. 57-64, 1984.
- BARTHES, Roland. *Novos ensaios críticos seguidos de O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Ditadura e homossexualidades/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.
- CHARTIER, Roger. Crítica textual e história cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. In: *Leitura: teoria e prática*. Campinas: ALB; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 67-75.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- FISH, Stanley. Is there a text in this class? *ALFA: Revista de Linguística*, 36, pp.189-206, 1992.
- FOUCAULT, Michel. ¿ Qué es un autor?. *Revista de la Universidad Nacional (1944-1992)*, v. 2, n. 11, p. 4-19, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura*. Rio de Janeiro: Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2015.
- LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- LUGARINHO, Mauro César. Nasce a literatura gay no Brasil: Reflexões para Luís Capucho. In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da (Org.) *Aspectos da literatura gay*. João Pessoa: Editora UFPB, p. 09-24, 2008.
- MAFFESOLI, Michel. Homossociabilidade: da identidade às identificações. *Bagoas Revista de Estudos Gays e Lésbicos*, Natal, v.1, n.1, p. 15-26, 2012.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELO, Adrián. *Historia de la Literatura Gay en Argentina*. Buenos Aires: Lea, 2011.
- MOTT, Luiz. Apresentação. In: AUGUSTO, Paulo. *Falo*. Natal: [s.n.], 2002.
- MUNIZ DIAS, Roberto. *Editoras LGBTTTT brasileiras contemporâneas como registro de uma literatura homoafetiva*. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Teorias Literárias) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- QUINALHA, Renan Honório. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, p. 245-272, 2015.
- SÁNCHEZ, Darío. *Perversos, bichas e entendidos: identidade homossexual no romance latino-americano*. Recife: Universitária UFPE, 2012.
- SÃO PAULO. Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. *Ditadura e homossexualidades/Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: CEVSP, 2015.
- SILVA, Antonio de Pádua Dias Da. A literatura brasileira de temática homoerótica e escrita de si Literatura homoerótica e escritas de si. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 36, n. 1, p. 61-71, 2014.
- SOUZA JR., José Luiz Foureaux de. *Herdeiros de Sísifo: teoria da literatura e homo erotismo*. Uberlândia: O sexo da palavra, 2019.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.